

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Popular (GO) Class.: 350

Data 18/04/80 Pg.:

Funai terá reestruturação administrativa

Brasília — A reestruturação administrativa da Fundação Nacional do Índio foi assinada, ontem, pelo presidente Figueiredo e baseia-se fundamentalmente em montar em Brasília uma "direção centralizada" e no interior do País a execução de programas específicos, de forma descentralizada. A reestruturação foi divulgada, pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, e o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, numa comemoração antecipada do dia nacional do índio, que será sábado.

Tanto o sr. Mário Andreazza como o coronel Nobre da Veiga, em seus pronunciamentos no auditório da Funai — não havia nenhum índio presente — firmaram o propósito de cumprir a legislação vigente, dando prioridade à demarcação das terras indígenas. O ministro do Interior disse que, dos 17 órgãos subordinados à sua pasta, a Funai foi a mais beneficiada com o orçamento para este ano: de Cr\$ 268 milhões do ano passado, subiu para Cr\$ 881 milhões. Destes, Cr\$ 252 milhões deverão ser aplicados somente na demarcação de terras.

Considerando que a administração da Funai estava "muito tumultuada" com atribuições executivas de quatro órgãos existentes em Brasília — Departamento Geral do Patrimônio Indígena, Departamento Geral de Operações, Departamento Geral de Projetos Comunitários e Departamento Geral de Administração — a reestruturação, segundo o titular do órgão, criou uma superintendência administrativa e uma assessoria de planejamento, uma diretoria executiva e órgãos descentralizados nas administrações regionais.

— Qualquer que seja o modelo escolhido — afirmou o coronel Nobre da Veiga — a atual reestruturação exigirá como mudança de perfil a ênfase na qualificação de pessoal, abrangendo desde os níveis mais baixos de

execução aos mais elevados níveis de direção". Numa estimativa prévia, calcula-se que o quadro de funcionários da Funai subirá de 2500 funcionários para 5.200.

Compete ao presidente da Funai, de acordo com a reestruturação, entre outras atribuições, "formular o plano de ação para o cumprimento da política indigenista", "articular-se com outras entidades públicas e privadas para obtenção de recursos", "gerir o patrimônio indígena" e "baixar instruções sobre o poder de polícia nos territórios tribais, no sentido de resguardar a liberdade, a segurança, a ordem, os costumes e a propriedade dos silvícolas". Isto tudo será detalhado no regimento interno da fundação, que ainda não foi concluído.

As administrações regionais, praticamente têm as mesmas atribuições que a presidência do órgão: "planejar, organizar, dirigir, orientar e coordenar a execução das atividades de assistência ao índio em suas respectivas áreas de jurisdição".

Elas terão liberdade para baixar normas específicas no trato de cada comunidade indígena, baseadas nas suas particularidades culturais. Para isso, poderão ser criados conselhos indigenistas regionais "com a finalidade de fornecer subsídios para desenvolvimento da política indigenista a nível regional, bem como promover a articulação da administração regional com as autoridades municipais, estaduais e regionais".

A reestruturação administrativa da Funai, segundo o ministro do Interior, Mário Andreazza, entre outros objetivos, se propõe a respeitar a autodeterminação das comunidades indígenas e "utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento".



O Ministro Andreazza fala sobre o problema do índio e da nova estrutura da Funai